

Mudanças no mundo do trabalho: apontamentos sobre professores de Educação Física em espaço não formal

Everton Zaykowski Amaral
Gustavo da Silva Freitas

Resumo

Nos últimos anos ocorreram mudanças no mundo do trabalho, tais como as reformas produtivas e adoção de uma postura neoliberal pelo Estado. Essas mudanças tiveram implicações na formação de professores de Educação Física como as Diretrizes Curriculares que criaram a divisão na formação acadêmica e a regulamentação da profissão do educador físico. O presente trabalho se propõe a investigar as características do trabalho dos professores de Educação Física em espaço não formal, que é tangenciada por essas e outras questões, buscando compreender a complexidade dessas relações sociais.

Palavras chave: Educação Física, Regulamentação do Trabalho, Empregabilidade.

Resumen

En los últimos años se han producido cambios en el mundo de trabajo, tales como las reformas productivas y la adopción de un enfoque neoliberal del Estado. Estos cambios tuvieron consecuencias para la formación de profesores de educación física como el plan de estudios que creó la división en la normativa académica y profesional del educador físico. Este estudio tiene como objetivo investigar las características de la labor de profesores de educación física en el espacio no formal, que es tocado por estas y otras cuestiones, tratando de comprender la complejidad de sus relaciones sociales.

Palabras claves: Educación Física, Normas de Trabajo, Empleo.

Abstract

In recent years there have been changes in the world of the work, such as productive reforms and the adoption of a neoliberal position by the State. These changes had implications for the undergraduate course of physical education teachers as the curricular lines that created the division in academic and professional regulations of the physical educator. This study aims to investigate the characteristics of the work of Physical Education teachers in non-formal space, which is touched upon by these and other questions, seeking to understand the complexity of these social relations.

Keywords: Physical Education, Work Rules, Employment.

Introdução

O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento referente à conclusão do Curso de Educação Física – Licenciatura, na Universidade Federal do Rio Grande. Partindo dos pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético, este texto em específico faz uma revisão conceitual acerca do mundo do trabalho e suas implicações para a Educação Física¹. A opção por este método se justificativa por

¹ A pesquisa indica uma coleta de dados em forma de entrevistas semi-estruturadas com professores de Anais do V Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte. | UIVALI – Itajaí– SC 23 a 25 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/vcsbce/vcsbce/schedConf/presentations>

permitir a análise das contradições da realidade objetiva, partindo do que é concreto e, portanto observável, para uma análise interpretativa mais profunda e reveladora, permitindo que complexas relações das partes se estabeleçam gerando uma idéia de totalidade dos fenômenos estudados.

A investigação surge da necessidade de contextualizar a prática dos professores de Educação Física, tendo em vista que nos últimos anos ocorreram mudanças no mundo do trabalho, como a adoção de uma postura neoliberal do capital, a flexibilização das relações de trabalho, o achatamento dos direitos trabalhistas e as reformas educacionais. Essas mudanças tiveram implicações na formação de professores de Educação Física como as Diretrizes Curriculares que criaram a divisão na formação acadêmica e a regulamentação da profissão do educador físico pela Lei de criação do CONFEF (9.696/98). Além disso, vemos a propagação de uma imagem positivista das atividades físicas e do professor de Educação Física como provedor messiânico de saúde e bem estar. Essas são variáveis de uma realidade atual configurada pelo período de “globalização neoliberal”² vigente.

Afirma-se que vivemos um estado avançado no campo da ciência e tecnologia, mas o processo que permitiu chegarmos neste patamar de desenvolvimento foi acompanhado de contradições, tais como a concentração de poder e riqueza, guerras e comportamento predatório contra a natureza e contra o próprio homem. Compartilhamos do pensamento de Pinto (2007) quando questiona:

Como seria possível, num mundo onde a ampliação das riquezas e a concentração de seu acesso e a exploração contrastaram fortemente com o aprofundamento da miséria, da violência e do descaso, imaginar um papel subalterno à categoria “trabalho”? (p.8, grifos no original)

Nesse sentido, cabe investigar o trabalho e empregabilidade do professor que atua em ambiente não formal tendo em vista as questões acerca das disputas de mercado, a formação acadêmica e a atuação profissional dos futuros professores de Educação Física.

O mundo do trabalho

Partimos de um entendimento do trabalho como aquilo que diferencia o homem dos animais, pois através dele transforma a natureza e garante dessa interação seus meios de vida, produzindo indiretamente assim sua vida material.

A forma como os homens produzem [...] já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são, O que são coincide portanto com a sua produção [...] (MARX, 1987, p.4)

Educação Física que atuam em espaço não-formal na cidade de Rio Grande. Como critério de seleção, serão considerados aqueles trabalhadores que acumulam uma jornada de, pelo menos 40h semanais, não sendo motivo de exclusão a atuação em ambiente escolar.

² De acordo com Pinto (2007, p.8), “No processo de homogeneização do sistema capitalista em nível global nos últimos 30 anos, as relações entre os países centrais e periféricos não mais tem permitido autonomia de decisão aos últimos, e não só em questões de soberania internacional, mas em assuntos internos como segurança alimentar e políticas de emprego, renda e educação.” Sadi Dal Rosso (2008) utiliza o termo “globalização neoliberal” para defender a idéia de que a postura neoliberal que prevê uma mínima participação estatal nos rumos da economia é hegemônica nas ações governamentais.

Para pensar e agir sobre a realidade da qual nos servimos fazemos uso de um conjunto de doutrinas, procedimentos e valores aos quais denominamos ideologia. O trabalho não fica alheio a esta ideologia e opera então dentro dos termos que ela pressupõe. Assim, entendemos que o modo como organizamos o trabalho está submetido aos interesses do capital e, portanto, submetido a classe dominante que é quem detêm os meios de produção. O trabalhador, tendo que prover seus meios de subsistência, se submete a vender sua força de trabalho ao capitalista que se apodera do fruto desse trabalho e determina de que maneira os bens produzidos vão ser distribuídos na sociedade. Essa relação conflituosa é o que chamamos de “luta de classes”.

A manutenção dessa forma de organização social não acontece de maneira automática somente, mas também através de elementos mediadores como as formas de trabalho alienado³ e o Estado burguês. É nesse sentido também que a formação da força produtiva, ou seja, que a formação do trabalhador vai ser determinada de acordo com as regras que são estabelecidas pelo Estado.

Mudanças no mundo do trabalho e suas implicações para a Educação Física

Os trabalhadores são formados dentro de um conjunto de pressupostos ideológicos que determinam certo tipo de atuação no mundo do trabalho. Na mediação do Estado burguês, para garantir as condições gerais de manutenção do capital, se observa o poder jurídico como sendo o que efetiva as mudanças na educação a fim de que essa se adapte as necessidades produtivas, como ocorre na ordenação das Diretrizes Curriculares⁴ para o Ensino Superior. Como define Taffarel (2007), as diretrizes:

[...] são orientações do governo, emanadas do Ministério da Educação, visando Direcionar o Processo de Formação Humana nos Projetos de Escolarização do Sistema Nacional de Educação, ou seja, representam a direção e a centralização da orientação curricular sob os auspícios do Estado. (p.17)

Como ordenamento do Estado burguês, essas diretrizes acabam por viabilizar uma formação acadêmica que reproduza os valores inerentes a hegemonia do capital. Isso porque ao fragmentar a formação do professor de Educação Física, as diretrizes objetivam a construção de um trabalhador mais flexível, com menos visão da totalidade⁵ do seu contexto social e preparado para atender, a priori, aos interesses do mercado de trabalho.

Esse novo trabalhador atua principalmente em espaço não formal, fora da escola e da regência do MEC. Nesse sentido se solidifica a regulamentação⁶ do

³ O trabalho alienado é aquele em que o trabalhador não se reconhece no resultado final da produção, é uma condição intrínseca do modo de produção capitalista.

⁴ Essas diretrizes sofrem reestruturações desde a década de 80 e a partir da resolução 03 de 1987, do extinto Conselho Federal de Educação, cria-se o curso de Educação Física Bacharelado, pautando-se na dicotomia e na divisão entre as áreas do conhecimento. Estes dados são de responsabilidade autoral da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, EXNEEF, e foram extraídos da cartilha *Educação Física é uma só! Formação unificada já!* Produzida e distribuída pela gestão 2008/2009.

⁵ “Na realidade, totalidade não significa *todos os fatos*. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK APUD BOTH, 2009, p. 24-25, grifos no original).

⁶ “A partir de um conturbado Projeto de Lei (PL 330/95), que começou a ser discutido só depois de um ano já em tramitação na Câmara dos Deputados, foi aprovado no Senado (PL 33/98) no ano de 1988, e posteriormente sancionado pelo Presidente da República, a Lei 9696/98, que regulamenta a profissão

profissional de Educação Física, viabilizada pela instância jurídica, estabelecendo novas mediações do Estado com os interesses do mercado. É criado então através da lei 09696/98 o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), com a dita premissa de regulamentar e supervisionar a atuação dos profissionais da área.

Para Taffarel (2007),

A tática de reestruturação produtiva e da regulamentação da profissão faz parte de uma estratégia mais ampla de enfrentamento da crise, nos limites do capital... Supõe [...] aumento da produtividade e lucratividade, criação de nichos de mercado, redivisão de mercados consumidores e exprime mudanças nos modelos de administração e gestão da força de trabalho, no exercício profissional e na prática de empresas públicas ou privadas. (p.4)

Percebe-se também que as relações do Estado com a sociedade tomam novas posturas, mais estreitas com as necessidades do mercado do que com as necessidades dos trabalhadores. O que antes era competência do Estado, como o trabalho, a educação e a saúde, agora está sob as leis da iniciativa privada, ou seja, são direitos transformados em serviços. É nesse contexto, da perda do direito ao trabalho, que se observa o surgimento do conceito de empregabilidade. De acordo com Teixeira (2003), “[...] no conceito de ‘empregabilidade’ está implícita a tendência em eximir o Estado do seu ‘dever’ em relação ao direito do cidadão ao trabalho, de caráter público e político, e repassar tal dever aos indivíduos [...]” (p.7, grifos no original).

O trabalhador para conquistar um emprego tem de acumular competências como produzir mais e melhor, de maneira flexível e satisfazendo de forma imediatista as demandas do mercado de trabalho. Para Alves (2000) “[...] os ‘pilares da Empregabilidade’ orientam os profissionais a serem competitivos e adquirirem uma ‘boa saúde física e mental’ para se ajustarem à velocidade das informações e às mudanças no mercado de trabalho (p. 05). Isso nos remete a disputa por nichos de mercado presentes na regulamentação da Educação Física, na qual trabalhadores da cultura corporal e professores de Educação Física disputam a legitimidade de atuar profissionalmente na área. Como afirma Pablo Gentili (1999), essa idéia de empregabilidade se incorpora no senso comum e acaba por orientar as propostas de educação e as políticas educacionais.

Assim, considerando essas relações do contexto social complexo e dinâmico dos professores, uma investigação se abre para tratar das práticas cotidianas dos indivíduos, do modo como observam sua ingerência no campo da saúde, da maneira que o trabalho influencia na sua própria qualidade de vida⁷, procurando também ampliar o conhecimento sobre as questões do mundo do trabalho que envolvem esses indivíduos enquanto sujeitos históricos.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S. **A propósito da empregabilidade e do mercado de trabalho.** Revista FACED, Bahia, ano 5, No 4, 2008. Disponível em:

de educação física no meio não formal [...]” (NOZAKI, 1999, p.9).

⁷ O termo qualidade de vida é para Minayo (2000, p.7), “uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal), e também objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade”.

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rfaced/article/download/2935/2099>>. Acesso em 20 Nov. 2009.

BOTH, V. J. **Mudanças no mundo do trabalho e suas mediações na educação física.** 2009. Disponível em:

<http://www.boletimef.org/biblioteca/2412/dissertacao/BoletimEF.org_Mudancas-no-mundo-do-trabalho-e-suas-mediaco-es-na-Educacao-Fisica.pdf> Acesso em: 20 Nov. 2009.

GENTILI, P. **O conceito de empregabilidade.** In: Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação profissional em debate. São Carlos: Unitrabalho, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

NOZAKI, H. T. **O mundo do trabalho e o reordenamento da educação física brasileira.** Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 10, n. 1, p. 3-12, 1999.

MINAYO, M. C. de S.; HARTZ, Z. M. de A.; e BUSS, P. M. **Qualidade de Vida e Saúde: Um debate Necessário.** Ciência e Saúde Coletiva. 5(1) p.7-18. Rio de Janeiro: ABPGSC, 2000.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no Século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROSSO, S. D. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

TAFFAREL, C. N. Z.; Santos, J. B.; Barbosa; Ambrozi J.; ALVES, M. S. **Regulamentação da Profissão de Educação Física: Nexos e Relações com a Reestruturação Produtiva e as Reformas do Estado.** In: III EBEM - Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 2007, Salvador. Caderno de resumos do III EBEM. Salvador: UFBA, 2007. v. 01. p. 167-177.

TEIXEIRA, R. C. F. **A passagem do “direito ao trabalho” para a “empregabilidade”:** privatização do espaço público através das políticas sociais de emprego na contemporaneidade. Unimontes Científica. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.

Endereço para Correspondência

Everson Zaykowski Amaral
Rua: Av. Buarque de Macêdo 499 , Casa 22
Bairro: Cidade Nova
Cep: 96.211-110
Rio Grande/RS
E-mail: sistemasux@hotmail.com